



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

---

**ANEXO XVI - EDITAL N° 02/2018 (PAE)**  
**TERMO DE COMPROMISSO**

Pelo presente Termo de Compromisso, eu, \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, estudante do curso de \_\_\_\_\_,  
Matrícula \_\_\_\_\_, Conta Bancária nº \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_,  
Banco \_\_\_\_\_, a partir da presente data, receberei o Auxílio \_\_\_\_\_ do IFC  
*Campus* \_\_\_\_\_ e declaro estar ciente:

- 1- das normas que regem o Programa de Assistência Estudantil do IFC;
- 2- de que a minha participação no Programa de Assistência Estudantil – PAE não estabelece nenhum vínculo empregatício entre a minha pessoa e o IFC;
- 3- de que a infração a quaisquer artigos do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil poderá implicar no meu desligamento ou suspensão do referido Programa;
- 4- de que o valor do Auxílio Moradia/Permanência que eu receberei será de R\$ \_\_\_\_\_.

Autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis<sup>1</sup>, além da imediata devolução dos valores indevidamente recebidos.

Assumo, pois, compromisso de cumprir o regulamento.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do estudante

\_\_\_\_\_  
Se menor de idade, assinatura do responsável

<sup>1</sup>Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.